



Senado aprova pena maior para quem cometer estupro coletivo

Reclusão poderá chegar a 16 anos e 8 meses, segundo projeto que passou ontem em Plenário, 4 anos a mais que o tempo máximo previsto hoje

Aprovada por unanimidade em Plenário, a proposta foi apresentada no ano passado pela senadora Vanessa Grazziotin e ganhou destaque após o estupro coletivo de uma menor no Rio de Janeiro, no mês passado.

O Código Penal estabelece pena de reclusão de 6 a 10 anos para o crime de estupro. Se for coletivo, o tempo já é aumentado em

um quarto, o que eleva a punição máxima para 12 anos e meio.

O texto proposto por Vanessa aumentava a pena em um terço, pouco mais de 13 anos. Com uma mudança sugerida pela senadora Simone Tebet, relatora do projeto, o aumento da pena vai variar de um a dois terços, podendo chegar a 16 anos e 8 meses. A proposta segue para análise da Câmara.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão mista quer que Congresso aprove mais projetos de interesse da mulher

Debate aponta conexão entre vulnerabilidade social e gravidez precoce

5

Parlamentares caminham da Câmara ao Senado em protesto contra o estupro e por mais leis em defesa das mulheres

Plenário autoriza ações de combate ao *Aedes aegypti*

Medida provisória de combate à zika, à dengue e à chicungunha foi aprovada ontem pelo Plenário. A proposta, que vai a sanção, autoriza o ingresso forçado de agentes de combate a

endemias em imóveis abandonados, permite dedução no Imposto de Renda de doações a projetos aprovados pelo Ministério da Saúde e prevê auxílio a crianças com microcefalia. 3



Presidente do Senado, Renan Calheiros (C) conduz a sessão em que foram aprovadas iniciativas para enfrentar endemias

Setor elétrico terá mais prazo para contratos

Vai à sanção presidencial medida provisória que amplia de 30 para 210 dias o prazo para distribuidoras de energia assinarem aditivos de contrato de prorrogação de concessão de serviço com o Ministério de Minas e Energia. A iniciativa beneficia sete concessionárias das Regiões Norte e Nordeste. A MP também amplia o prazo para que as distribuidoras se adaptem a metas de qualidade e equilíbrio econômico-financeiro. 3

União deve retomar controle de rodovias 3

Aloysio Nunes é o novo líder do governo na Casa 8

Mercado de cabono será tema de debate 6

Comissão pode antecipar fala de Mendonça Filho 2

Mostra inaugura Mês do Meio Ambiente 2

MP sobre acordos de leniência perde validade 4

Adiada sabatina do novo presidente do Banco Central 7

Líderes se reúnem para definir pauta de votações 4

Senadores têm o direito de opinar, diz Renan

Os parlamentares são eleitos para ter opinião, segundo Renan Calheiros. O presidente do Senado disse que é papel do Congresso opinar sobre os diversos assuntos tratados pela legislação e fazer prevalecer, intuitivamente, o entendimento da maioria. Ele ainda defendeu a liberdade de expressão e a independência dos Poderes. 8

Parlamentares recriam frente pela Previdência

Para acompanhar e discutir propostas de reforma cogitadas pelo governo interino, senadores relançaram ontem a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. A recriação foi coordenada pelo senador Paulo Paim e tem o apoio de mais de 50 entidades dos setores público e privado. A possibilidade de fixar em 65 anos a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres foi criticada em quase todos os discursos. O reexame das contas da Previdência também foi bastante sugerido. 7



Representantes de movimentos sociais participam do relançamento da frente

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Audiência com Mendonça Filho pode ser antecipada para que senadores conheçam os planos do novo titular da pasta e o impacto dos cortes orçamentários anunciados pelo Ministério do Planejamento

Comissão pode ouvir mais cedo ministro da Educação

O PRESIDENTE DA Comissão de Educação (CE), Romário (PSB-RJ), informou que tentará antecipar, de 22 de junho para o dia 15, a audiência marcada com o ministro da Educação, Mendonça Filho.

A sugestão de mudança foi apresentada ontem na comissão por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Para o senador, a necessidade de conhecer os planos e diretrizes do novo gestor da pasta e as medidas de desvinculação de receitas e de contenção orçamentária anunciadas pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, justificam a antecipação.

A CE começou discutindo requerimento de Fátima Bezerra (PT-RN) que solicitava as presenças de Henrique Meirelles e do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, junto com Mendonça Filho para discutirem o impacto das novas orientações econômicas sobre a área da educação. A análise do requerimento, contudo, não foi concluída após Ronaldo Caiado (DEM-GO) pedir verificação de quorum.

— Considero um crime o que este governo biônico está tentando fazer. As vinculações de receitas à educação, saúde e assistência social são conquistas históricas do povo. Na prática, as novas medidas vão levar a cortes difíceis de mensurar na área social — criticou Fátima.

Dário Berger (PMDB-SC) e Marta Suplicy (PMDB-SP) rebateram as afirmações da senadora. Eles argumentaram que as medidas anunciadas



Romário preside reunião da Comissão de Educação ao lado de Ângela Portela

pelo governo de Michel Temer vêm sendo tomadas para corrigir “o grande desequilíbrio fiscal” herdado da presidente afastada Dilma Rousseff.

— Não agrada a ninguém anunciar políticas restritivas e eu também quero conhecer em detalhes o impacto disso na educação. Mas o que vem sendo tentado é o que qualquer gestor público ou privado responsável deve fazer, que é não gastar mais do que arrecada — frisou Dário, argumentando que é sempre a sociedade que acaba pagando a conta dos desequilíbrios fiscais.

Recursos do pré-sal

Durante a reunião, também foi lido por Romário relatório dele favorável ao PLS 747/2015, originado do Projeto Jovem Senador, que destina mais recursos dos royalties do pré-sal ao ensino profissionalizante e à educação de pessoas com deficiência.

Pelo substitutivo proposto pelo senador, do montante de

75% dos royalties já previstos para a educação, 25% deverão ir para projetos de melhoria da educação profissional técnica de nível médio, e outros 10% para programas visando educação de qualidade para pessoas com deficiência.

Cristovam Buarque (PPS-DF) pediu vista para analisar o projeto. Ele disse que quer buscar um texto que privilegie mais explicitamente a destinação de recursos para o ensino básico. Na opinião do senador, a lei atual pode fazer com que os royalties do pré-sal acabem sendo destinados em sua maioria ao ensino superior, “por possuírem um poder de lobby muito maior dentro do Ministério da Educação”.

Fátima Bezerra acompanhou o pedido de vista e manifestou preocupação com a intenção do governo Temer de acabar com a participação obrigatória da Petrobras nas licitações envolvendo o pré-sal. Para a senadora, a medida resultará em menos recursos para a educação.

Exposição abre mês do meio ambiente no Congresso

A exposição *Memórias do Lixo Vivo*, inaugurada segunda-feira, ficará aberta à visitação até 10 de junho, no Espaço Ivandro Cunha Lima. A mostra da artista plástica Daniela Nunes, idealizada com o apoio da Central de Reciclagem do Varjão, em Brasília, abriu as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. São objetos descartados que passaram por modificação para serem reaproveitados. Há mesas, cadeiras, estantes e peças transformadas pela artista em objetos de decoração.

O diretor-geral-adjunto de Gestão, Gustavo Ponce de Leon, destacou, na abertura, a parceria entre o Senado e a Câmara por meio dos Programas Senado Verde e EcoCâmara: — Isso marca algumas mu-

danças culturais. Primeira delas na área administrativa, com as duas Casas desenvolvendo algumas ações conjuntas. Outra mudança é a preocupação com a sustentabilidade, transformando essa prática de desperdiçar recursos e imaginar que os bens à disposição na natureza são infinitos.

A diretora-geral-adjunta da Câmara, Juliana Werneck, enalteceu a iniciativa do Senado em organizar a programação do Mês do Meio Ambiente e ressaltou a importância da conscientização ambiental.

— Ou repensamos o modo como vivemos e mudamos, ou não sabemos o que deixar para as gerações futuras — advertiu.

O trabalho que Daniela desenvolve visa mostrar o elevado desperdício feito pela sociedade e as possibilidades

de reutilização de materiais.

— Muitas pessoas não têm acesso ao que temos e o descarte pode realizar sonhos. Antes de descartar inadequadamente, vamos pensar naquelas comunidades necessitadas. É mais digno doar algo que não nos serve do que jogar num caminhão de lixo — sugeriu a artista.

Segundo o gestor do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado, Pérsio Barroso, serão muitas atividades no mês de junho, como palestras, debates, campanhas, oficinas adultas e infantis de horta e fotografia e lançamento da cartilha *Sustentabilidade*. A página do Senado Verde traz a programação.

Accesse a programação do evento: <http://bit.ly/meioambiente2016>

Gilberto Kassab falará sobre fusão de ministérios na próxima semana

O ministro da Comunicação, Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, apresentará ao Senado, na terça-feira da semana que vem, o plano de trabalho para a pasta. A vinda de Kassab foi confirmada ontem pelo presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Lasier Martins (PDT-RS).

A ideia é que Kassab fale durante a reunião do colegiado sobre a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o das Comunicações. Em audiência pública na semana passada, cientistas e senadores pediram o restabelecimento da autonomia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A alteração na estrutura administrativa do governo foi feita pelo presidente interino Michel Temer, por meio da Medida Provisória 726/2016, publicada no mesmo dia em que tomou posse, 12 de maio.

O requerimento de convite ao ministro foi aprovado na reunião do dia 17.

Lasier Martins argumentou que a área de ciência e tecnologia tem sido afetada por cortes no Orçamento e contingenciamento de recursos. Para ele, é importante questionar o ministro sobre a insatisfação da classe científica com a pouca atenção dada ao setor, sentimento reforçado agora com a fusão das pastas.

Jorge Viana quer recuperar Marco Legal da Ciência e Tecnologia original

Jorge Viana (PT-AC) disse que vai apresentar projeto para recuperar a versão original do Marco Legal da Ciência e Tecnologia, cujos vetos da Presidência da República foram mantidos pelo Congresso Nacional na semana passada.

Segundo o senador, os

vetos atenderam os apelos da equipe econômica do governo afastado e fizeram com que a lei ficasse desfigurada, prejudicando o setor.

Viana defendeu a recriação do Ministério da Ciência e Tecnologia, incorporado à pasta das Comunicações pelo governo interino.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Recarga de veículos elétricos**
8h30 Audiência sobre instalação de pontos de recarga para veículos elétricos nas ruas, residências e comércio.
- CAS Meio ambiente de trabalho**
9h Audiência para debater projeto que define critérios de qualidade para o meio ambiente de trabalho.
- CDR Estrada Ecológica do Araguaia**
9h Audiência sobre a execução da Estrada Ecológica do Araguaia, que liga a BR-242, entre Mato Grosso e Tocantins.
- OBRAS INACABADAS Novo relator**
9h Subcomissão temporária que fiscaliza obras inacabadas indica novo relator e analisa requerimentos.
- CCJ Doações vetadas**
10h Texto que proíbe doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão abre a pauta.

- CDH Acessibilidade**
12h Entre 23 itens em pauta, projeto que propõe demandas de acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida.
- PLENÁRIO Receitas desvinculadas**
14h Abre a pauta proposta que desvincula receitas de estados e municípios.
- AGENDA BRASIL Empreendedorismo**
14h30 A comissão analisa, entre outros itens, projeto que cria política nacional de estímulo ao empreendedorismo do jovem do campo.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Legislação**
14h30 Audiência sobre implementação das políticas públicas e da legislação brasileiras para reduzir emissões de gases do efeito estufa.
- PRESIDÊNCIA Reunião de líderes**
15h Renan Calheiros se reúne com líderes partidários. Às 16h, dirige a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovadas ações de combate ao *Aedes aegypti*

Medida provisória permitiu o ingresso em imóveis abandonados para controle do mosquito e concedeu auxílio financeiro a crianças com microcefalia causada pelo Zika

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem medida provisória com ações de combate à zika, à dengue e à febre chicungunha. A MP 712/2016 autoriza o ingresso forçado de agentes de combate a endemias em imóveis abandonados, permite dedução no Imposto de Renda de doações a projetos aprovados pelo Ministério da Saúde e prevê auxílio financeiro a crianças com microcefalia. A proposta vai para sanção.

— Essa medida dará ao poder público as condições técnicas e legais de realizar um trabalho de enfrentamento dessa grave situação de saúde pública — afirmou Paulo Bauer (PSDB-SC), que presidiu a comissão mista criada para analisar a medida.

Lasier Martins (PDT-RS) destacou que, só no ano passado, foram registrados 1,65 mil casos de dengue no Brasil, com 883 mortos.

— Como se não bastassem os problemas políticos e econômicos, um mosquito perturba a vida nacional e precisa ser combatido urgentemente.

Para entrar no imóvel abandonado, o agente de saúde poderá contar com o apoio de policiais ou da guarda municipal sempre que necessário e

terá de fazer um relatório detalhado das medidas sanitárias adotadas para o controle dos focos do mosquito.

Multa e impostos

O texto inclui na legislação sanitária nova multa de 10% na faixa de R\$ 2 mil a R\$ 75 mil no caso de reincidência em manter focos de vetores no imóvel por descumprimento da recomendação das autoridades sanitárias.

A MP isenta de pagamento do Imposto de Importação e

do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) operação que envolva repelentes de insetos para aplicação tópica e inseticidas e larvicidas com aplicação no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, além de telas e mosquiteiros.

Na Câmara, foi acrescentado ao texto original a criação do Programa Nacional de Apoio ao Combate às Doenças Transmissíveis pelo *Aedes* (Pronaedes) para financiar projetos com recursos de doações dedutíveis do Imposto de Renda.

Esse ponto foi questionado por alguns senadores tanto pelos incentivos fiscais como porque se trataria de iniciativa privativa do Executivo.

A dedução do Imposto de Renda poderá atingir até 1,5% do imposto devido pela pessoa física e até 1% do imposto devido pela pessoa jurídica. As doações terão de ser para projetos aprovados pelo Ministério da Saúde dentro de critérios como prioridade para áreas de maior incidência dessas doenças, redução

da desigualdade regional, prioridade para municípios com menos recursos próprios disponíveis para vigilância em saúde e prevenção da doença.

Microcefalia

A MP concede ainda o Benefício de Prestação Continuada (BPC) temporário, por prazo máximo de três anos, à criança vítima de microcefalia em decorrência de sequelas neurológicas por doenças transmitidas pelo *Aedes*.

O benefício será concedido em razão da condição de miséria da família e depois do período da licença-maternidade, que passa a ser de 180 dias para as mães dessas crianças. Isso valerá para todas as seguradas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): especial, contribuinte individual, facultativa e trabalhadora avulsa.

José Pimentel (PT-CE) elogiou a vinculação dos recursos da repatriação de divisas para custear essas novas demandas.

— No Orçamento de 2016, os recursos estão livres. Portanto, temos fontes suficientes para atender esses benefícios novos, como ampliação da licença-maternidade, e no que diz respeito aos novos recursos da Lei Orgânica da Assistência Social — explicou.



Plenário durante votação, presidida por Renan Calheiros (C), da medida provisória sobre ações de combate ao mosquito

Prorrogação de prazo para setor elétrico vai a sanção

A medida provisória que amplia de 30 para 210 dias o prazo para distribuidoras de energia assinarem aditivo de contrato de prorrogação de concessão de serviço com o Ministério de Minas e Energia foi aprovada ontem no Plenário do Senado e encaminhada à sanção presidencial.

A MP 706/2015 foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 11/2016). Pelo texto, o prazo para assinatura dos contratos começou a contar em novembro de 2015 e beneficiará a Companhia de Eletricidade do Amapá, Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) e Boa Vista Energia S.A.

Randolfe Rodrigues (RedeAP) observou que a medida transfere recursos do Tesouro para pagamento e saneamento das empresas elétricas de Roraima, Amazonas, Amapá e Rondônia, dando condições para o pleno fornecimento de energia à população.

A MP amplia para dez anos o prazo para que as distribuidoras se adaptem às metas de

qualidade e equilíbrio econômico-financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para as demais concessionárias, o prazo continua a ser de cinco anos.

Parecer

O parecer da comissão mista que analisou a MP, elaborado pelo senador Edison Lobão (PMDB-MA), faz outras mudanças na legislação do setor. O ponto mais polêmico foi a inclusão de novos benefícios para as distribuidoras de energia da Região Norte, que dependem de termoeletricas, com custo maior que as hidrelétricas.

O subsídio pago para comprar o combustível vem da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), mas seu repasse está sujeito ao cumprimento de metas de eficiência que essas empresas não atingiram no passado, provocando acúmulo de dívidas com a Petrobras. O texto também muda a forma de cálculo das cotas pagas pelas distribuidoras e transmissoras de energia para financiar a CDE. Para aumentar o valor do subsídio por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), sustentada pela CDE, o relator mudou ainda a forma de cálculo do

custo médio da energia.

A prorrogação dos contratos por meio de aditivo na MP, e não com uma nova licitação, foi uma opção do governo em razão da crise. A falta de interessados poderia provocar a descontinuidade do fornecimento de energia. Outro ponto acrescentado à MP é o equacionamento da dívida da Eletrobras com a Reserva Global de Reversão (RGR).

Para os leilões de energia de Furnas para o setor eletrointensivo, Lobão abrandou exigências e permitiu a aplicação de descontos sobre a energia vendida. A MP dispensa a aplicação de multas se a rescisão por parte do comprador for informada a Furnas com 18 meses de antecedência, ou se o pedido de redução do fornecimento for apresentado com antecedência de seis meses do começo do ano seguinte. Nos casos de multa, ela será limitada a 30% do valor da energia remanescente contratada ou a 10% do valor da energia contratada total, o que for menor.

As usinas de biomassa, com potência injetada nos sistemas de transmissão e distribuição de 30 mil kW a 50 mil kW, contarão com 50% de redução das tarifas de uso desses sistemas.

União deverá reincorporar rodovias federais transferidas a estados

A União está autorizada a reincorporar rodovias federais que haviam sido transferidas aos estados e ao Distrito Federal, segundo proposta aprovada ontem e enviada à sanção presidencial.

A MP 708/2015 determina que dos 14,5 mil quilômetros transferidos a 15 estados em 2002, pouco mais de 10 mil voltam ao controle da União. Os critérios de mudança de gestão devem respeitar a Lei 12.379/2011, que trata do Sistema Nacional de Viação.

Na edição da MP, o governo federal justificou que algumas das rodovias transferidas há 14 anos estão em área de fronteira, o que contraria a

Lei 6.634/1979. A legislação determina que a faixa paralela de 150 quilômetros em regiões fronteiriças é de segurança nacional.

Ao concretizar a transação, União e estados firmarão termo para que a cessão seja irrevogável e irretratável. Outra regra é que despesas feitas pelos estados nas rodovias federais devolvidas serão de responsabilidade deles e não podem ser obrigação do governo federal. Os estados e o DF também deverão desistir de ações judiciais contra a União para pedir ressarcimento ou indenização por despesas anteriormente transferidas a eles.

Projetos da Agenda Brasil e do ajuste fiscal terão regime de urgência

A regulamentação dos mandados de injunção e da cessão de direitos creditórios da administração pública passam a ter prioridade na pauta de votações. O Plenário aprovou ontem a urgência para os dois projetos, que integram a Agenda Brasil (conjunto de medidas para impulsionar o crescimento do país) e o paco-

te de ajuste fiscal do governo.

O PLC 18/2015 regula o processo e o julgamento dos mandados de injunção, tanto os individuais como os coletivos, delimitando o alcance e a produção de efeitos. Já o PLS 204/2016 permite a todos os entes da Federação venderem para o setor privado os direitos sobre créditos a receber.

MP que previa acordos de leniência perde a validade por falta de apoio

Texto provocou polêmica entre parlamentares, Ministério Público e órgãos de controle, o que dificultou a análise do tema em comissão

A MEDIDA PROVISÓRIA que modificou as regras para os acordos de leniência entre a administração pública e empresas acusadas de cometer irregularidades teve o prazo de tramitação encerrado no domingo sem ser votada. O ato declaratório do Congresso Nacional que comunica a perda de validade da MP 703/2015 foi publicado ontem.

O texto estava sob análise da comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a MP e não foi votado por falta de acordo. José Pimentel (PT-CE), que foi líder do governo Dilma, fez um mea culpa por não conseguir um consenso. O presidente da comissão, Benedito de Lira (PP-AL), acredita que o momento político não era favorável e a MP era polêmica, pois foi alvo de contestação do Ministério Público e de órgãos de controle.

Parlamentares criticaram o texto por não prever participação maior do Ministério Público nos acordos de leniência. A Procuradoria-Geral da República afirmou que a



Benedito de Lira (E) e Paulo Teixeira: presidente e relator concordaram que momento político prejudicou discussão da MP

medida era inconstitucional e recorreu ao STF, argumentando que não havia demonstração do requisito de urgência para sua edição.

O relator, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), defendeu seu parecer, favorável à MP. A experiência internacional, disse, trabalha o acordo de leniência para preservar empregos.

— Vários parlamentares disseram que concordavam com o meu relatório, o problema era o momento conturbado.

Segundo Teixeira, havia uma visão muito punitiva por parte

dos integrantes da comissão sobre o uso da leniência. Ele revelou que, atualmente, há quase 9 mil empresas inabilitadas para trabalhar com o Estado, o que indicaria a necessidade de revisar as regras.

Propostas

A MP mantinha todas as competências do Ministério Público e do TCU previstas na Lei de Combate à Corrupção. O relator afirmou, porém, ser contra a presença do Ministério Público em todas as etapas do acordo de leniência. Para ele,

o acordo deve ser feito apenas entre o órgão público lesado e a empresa.

Nova proposta foi apresentada em maio por deputados do DEM e do PPS. Para os autores do PL 5.208/2016 (número na Câmara), a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público e o Judiciário devem fazer parte da celebração de acordos, o que não é previsto no texto atual.

Já proposta do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) sobre o mesmo assunto está em análise em comissão especial da Câmara como PL 3.636/2015.

Reunião de líderes hoje deve definir a pauta

Uma reunião dos líderes partidários hoje, às 15h, deve definir a pauta de votações do Plenário para as próximas semanas, anunciou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Uma das prioridades será o PLS 229/2009, que estabelece normas para elaboração orçamentária, controle, planejamento e contabilidade no setor público. Também modifica dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal para incentivar a gestão responsável das finanças públicas.

— Como o Senado tem procurado de todas as maneiras colaborar com uma agenda propositiva para o Brasil, vamos priorizar a aprovação dessa importante matéria — disse Renan.

O projeto é de Tasso Jereissati (PSDB-CE). O parecer do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), é favorável à proposta, na forma de substitutivo.

Parecer sobre MP da remessa ao exterior será apresentado hoje

A comissão mista que analisa a medida provisória que reduziu o Imposto de Renda sobre as remessas de dinheiro ao exterior adiou, de ontem para hoje, a apresentação do relatório do senador Dalirio Beber (PSDB-SC).

De acordo com o presidente da comissão, deputado Andres Sanches (PT-SP), o adiamento se deu a pedido do governo, que ainda quer negociar pontos do texto.

A MP 713/2016 reduz de 25% para 6% o Imposto de Renda

Retido na Fonte (IRRF) sobre as remessas de dinheiro ao exterior usadas para pagar gastos pessoais em viagens de turismo e negócios até o limite de R\$ 20 mil ao mês. A alíquota valerá até o fim de 2019.

A norma beneficia as agên-

cias de turismo, que enviam dinheiro para o exterior para pagar hotéis, transporte e hospedagem dos pacotes de viagem. Para ter acesso à redução da alíquota, as empresas precisam ser cadastradas no Ministério do Turismo e a

remessa das divisas terá de ser realizada por instituição financeira domiciliada no país.

A MP garante ainda a isenção do imposto para as remessas ao exterior destinadas ao pagamento de gastos com tratamento de saúde e educação.

Situação do Departamento de Produção Mineral será debatida

A Subcomissão de Acompanhamento do Setor de Mineração aprovou requerimento de audiência sobre a situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Devem participar do debate, ainda sem data definida, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho; o atual diretor do DNPM, Telton Elber Corrêa; e diretores da autarquia no Pará, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Goiás.

Wilder Morais (PP-GO),

autor do requerimento da audiência pública, destacou a necessidade de revisão das normas que regem o setor e a importância da capacitação técnica da autarquia. “É necessário trazer ao conhecimento público questões relacionadas ao funcionamento do DNPM, a necessidade de modernização da sua estrutura funcional para o atendimento das demandas e a adequação orçamentária das verbas destinadas ao seu funcionamento”, argumenta.



Presidente da subcomissão, Wilder Morais solicitou a audiência pública

Requião: redução de juros fortalecerá economia do país

Segundo Roberto Requião (PMDB-PR), o Brasil precisa escapar da ilusão das soluções de curto prazo e dos pacotes econômicos que acabam plantando as sementes para a crise seguinte. O senador propõe reduzir as taxas de juros e transformar a dívida pública em investimento produtivo, além de exercer controle sobre o câmbio e o trânsito de capitais e dar prioridade à estabilidade dos preços.

— Cinco dias de pagamento de juros cobrem com sobras o gasto anual para construção de casas populares. Um minuto corresponde a mais que a alocação anual de recursos com a defesa dos direitos humanos e ações afirmativas.



Moreira Matiz/Agência Senado

Exploração de petróleo em Sergipe preocupa Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) manifestou preocupação com a crise na exploração de petróleo em Sergipe, ressaltando que há “grande desânimo e insegurança” em relação a tudo que se refere à Petrobras. Ele lembrou que a descoberta de petróleo em Sergipe foi uma das primeiras conquistas da estatal e, hoje, a exploração em terra e no mar gera royalties ao estado e a quinze municípios.

— Esse processo de privatização das reservas terrestres, da forma como está sendo conduzido, trará sérios impactos à nossa economia. É preciso que todas as forças de interesse do estado estejam mobilizadas e atentas para esse novo cenário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

João Alberto Souza lamenta morte do músico Papete

A morte do cantor e compositor maranhense José de Ribamar Viana, mais conhecido como Papete, ocorrida na semana passada, foi lamentada por João Alberto Souza (PMDB-MA).

O senador manifestou solidariedade aos familiares, ao povo maranhense e a todos que tinham em Papete “uma referência não só de boa música e virtuosismo, mas de amigo, conselheiro, mestre da vida, pesquisador e preservador da nossa cultura e do nosso folclore”.

Ele elogiou o livro *Os Senhores Cantadores, Amos e Poetas do Bumba Meu Boi do Maranhão*, explicando que, na obra, Papete resgata a história da manifestação folclórica no estado.



Moreira Matiz/Agência Senado

Projeto de Vanessa Grazziotin, relatado por Simone Tebet, aumenta de um a dois terços o tempo de reclusão para o crime. Com isso, prisão pode chegar a 16 anos e 8 meses

Aprovada pena mais dura para estupro coletivo

A PENA PARA estupro coletivo pode chegar a 16 anos e 8 meses de prisão, quatro anos a mais que o tempo máximo previsto hoje, de 12 anos e meio. Além disso, transmitir imagens de estupro pela internet poderá ser tipificado como crime. É o que prevê projeto aprovado por unanimidade ontem pelo Plenário do Senado. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 618/2015, apresentado no ano passado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ganhou destaque após a repercussão do estupro coletivo de uma jovem no Rio de Janeiro, mês passado. Antes da aprovação, os senadores votaram um pedido de urgência e a relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), apresentou o parecer em Plenário.

— A maioria dos casos passam ao largo das lentes das nossas retinas, mas não aqui, não no Congresso — disse Simone, que preside a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O Código Penal estabelece pena de reclusão de 6 a 10 anos para o crime de estupro. Se for coletivo, a pena já é aumentada em um quarto, o que eleva a punição máxima para 12 anos e meio de prisão. O texto proposto por Vanessa aumentava a pena em um terço, fazendo com que o máximo fosse para pouco mais de 13 anos.

Com uma mudança sugerida por Simone, o aumento de pena para o estupro coletivo poderá variar de um a dois terços. O tempo máximo, assim, passará para mais de 16 anos.

A relatora mudou o texto para tornar crime, punido com dois a cinco anos de prisão, a publicação do conteúdo que contenha cena de estupro por qualquer meio, inclusive pela internet. Atualmente essa divulgação é punida com até seis meses, como injúria.

Autora do projeto, Vanessa elogiou as mudanças feitas pela relatora e a disposição do presidente do Senado, Renan Calheiros, que ligou para todos os líderes para viabilizar a aprovação.

— O Brasil, como todos sabem, não tolera mais estas brutalidades, a banalização dos estupros coletivos. Os atos, além de desumanos, expõem a sofrimentos e à humilhação, agravados pela divulgação de imagens na internet, marcando indelevelmente a vítima — disse Renan.

O PLS foi elogiado por vários senadores. Ronaldo Caiado (DEM-GO) aplaudiu a mudança por acreditar que atualmen-

te o esturador se sente confortável por saber que passará pouco tempo na prisão. Aécio Neves (PSDB-MG) também criticou a impunidade.

Lúcia Vânia (PSB-GO) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

lembraram casos recentes de violência contra a mulher.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o aumento da pena é insuficiente e que o grande debate é sobre machismo e educação dos jovens. A mes-

ma ponderação foi feita por Waldemir Moka (PMDB-MS).

Ivo Cassol (PP-RO) voltou a defender a castração química dos esturadores, prevista em projeto apresentado por ele.

No que diz respeito ao es-

tupro da jovem de 16 anos, que motivou a celeridade na votação do projeto, Kátia Abreu (PMDB-TO) sugeriu uma campanha nas redes sociais com a hashtag #deletevideodameninadorio.

Comissão quer intensificar análise de projetos para proteger as mulheres

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher vai atuar pela votação de propostas em análise na Câmara e no Senado que aumentam a proteção às mulheres, bem como as penas para os agressores. Um desses projetos é o PLS 618/2015, aprovado ontem pelos senadores.

Outra providência tomada pela comissão foi a criação de um grupo de trabalho que vai discutir estratégias para enfrentar os crimes de estupro e demais violências.

Segundo a presidente do colegiado, senadora Simone Tebet, essa equipe também vai acompanhar “o andamento dos inquéritos policiais e ações judiciais, bem como opinar sobre projetos de lei que versem sobre meios de investigação, processo e julgamentos eficazes de tais crimes”.

As senadoras e deputadas decidiram ainda reivindicar à Mesa Diretora da Câmara o arquivamento do PL

5.069/2013, apresentado pelo deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que muda as normas no atendimento a vítimas de violência sexual. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em outubro do ano passado.

A iniciativa teve apoio de Vanessa Grazziotin. Para a senadora, as mulheres estão dispostas a ir às ruas contra o projeto de Cunha.

— Uma proposta que penaliza ainda mais a mulher nos casos de aborto legal.

Visitas

A comissão poderá ir ao Rio de Janeiro e a Bom Jesus (PI), cidades onde houve casos de estupro coletivo. O objetivo é ouvir as vítimas e saber que providências foram tomadas para esclarecer os crimes.

Regina Sousa (PT-PI) lembrou que no município piauiense uma menina de 17 anos foi violentada por um adulto e quatro adolescentes. A senadora informou que só

o adulto permanece detido.

Ângela Portela (PT-RR) disse que o país está chocado com os casos de estupro coletivo. Ana Amélia (PP-RS), por sua vez, reivindicou que, nas delegacias, as mulheres violentadas sejam recebidas em salas reservadas.

— Ali está todo tipo de gente, com todo tipo de delito. A mulher vai, às vezes, levando um filho menor, e, na frente daquelas pessoas, tem que contar o que aconteceu.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que, a cada 11 minutos,

uma mulher é estuprada no Brasil. E a senadora Simone Tebet, presidente da comissão, afirmou que o número de estupros registrado anualmente no Brasil, cerca de 50 mil, está subestimado, já que apenas 10% das vítimas apresentam queixa policial.

Após a reunião, deputadas e senadoras, com cartazes que pediam punição aos violentadores, caminharam até os Plenários da Câmara e do Senado. As parlamentares propuseram a realização de audiências públicas.



Senadora Simone (C) preside Comissão de Combate à Violência contra a Mulher

Debatedores ressaltam ligação entre gravidez precoce e problemas sociais

Debate promovido ontem pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara demonstrou a conexão entre gravidez na adolescência e problemas socioeconômicos. No Brasil, a faixa etária a exigir mais atenção é dos 10 aos 14 anos, na qual a gravidez costuma decorrer de atos de violência sexual.

— É um tema de iniquidades e que afeta as mulheres de grupos de maior vulnerabilidade social — atestou Anna Cunha, do Fundo de Populações das Nações Unidas.

Dados do IBGE citados por Anna revelam maior concentração de gravidez indesejada na adolescência nas Regiões Norte e Nordeste, sobressaindo entre

mulheres negras e com baixa escolaridade. A consultora das Nações Unidas ressaltou a necessidade de chamar os rapazes à corresponsabilidade na maternidade precoce e de respeitar a privacidade e a confidencialidade dos adolescentes nos serviços de saúde.

A coordenadora de Saúde do Adolescente e do Jovem do Ministério da Saúde, Thereza de Lamare, lembrou o recente caso de estupro coletivo de uma jovem de 16 anos, no Rio de Janeiro, para reforçar a importância de se lutar pela equidade de gênero.

— Falar de direitos sexuais e reprodutivos é fundamental para essa população — defendeu Thereza, fazendo um apelo aos profissionais de saúde

para deixarem qualquer juízo de valor de lado ao trabalhar com esse público.

No entanto, dificuldades em lidar com questões de gênero, identidade e sexualidade na adolescência não são exclusividade de quem atua na saúde. Segundo Dhara Cristiane de Souza, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, muitos professores resistem em tratar desses assuntos em sala de aula.

— É um tabu para a sociedade falar de sexualidade. Os professores, de forma geral, não falam de sexualidade no seio familiar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação diz que a gente tem que falar de doenças sexualmente transmissíveis, aids e orientação

sexual, mas até onde podemos ir sem ferir a família? — questionou Dhara.

O representante da Coordenação da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Walter Gomes de Sousa, falou do amparo jurídico oferecido a adolescentes grávidas. O esforço é no sentido de convencer de que existe uma opção para as jovens mães que não vislumbram qualquer perspectiva de futuro.

— No dia a dia, nos departamentos com adolescentes que cogitam abandonar a criança após o parto, entregá-la para terceiros sem o perfil adequado ou abortar. Procuramos trazer uma possibilidade jurídica para a mulher que não tem condição de assumir a criança com o apoio da família ou teme que seja destinada a um contexto de risco.

Além da procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o debate sobre gravidez na adolescência contou com a participação da deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG), representando a Câmara.



Especialistas disseram que é preciso superar tabus e dar informação a jovens carentes sobre sexualidade e reprodução

Apesar da extensa cobertura florestal, o país ainda não obteve a devida compensação por falta de regulação, que deve ser discutida após audiência pública com especialistas

Comissão vai analisar mercado de carbono

POR INICIATIVA DE Jorge Viana (PT-AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) promoverá audiência pública sobre o mercado de carbono e a comercialização de créditos por redução de emissões de gases poluentes. A audiência, com data ainda a ser definida, foi acertada ontem em reunião do colegiado.

Os senadores apontaram o grande interesse de grupos empresariais e mesmo de governos na compra de certificados de confisco de gases de efeito estufa, como opção para o cumprimento de metas assumidas para reduzir a emissão de poluentes.

Apesar de destacarem o grande potencial do Brasil nesse mercado, por conta das extensas áreas com cobertura florestal, os parlamentares disseram que a participação do país ainda é limitada pela falta de normas.

— Quem é que pode comercializar o sequestro de carbono nas florestas? É o país e de maneira centralizada? Ou são os estados, que são os guardiões das florestas? Não há quase nenhuma regulação nesse sentido. É um mercado novo, pouco conhecido, que está inserido na área de mudança do clima — frisou Viana.

Para Flexa, o Brasil é cobrado internacionalmente por seu papel no equilíbrio ambiental global, mas não obtém a compensação devida por sua participação. Os avanços na legislação brasileira voltada ao meio ambiente foram destacados por Aloysio, como o Código Florestal, que obriga proprietários rurais a preservar áreas com matas nativas, a título de reserva legal.

— O mercado de carbono seria um estímulo para que o agricultor mantivesse a sua reserva legal, para que pudesse auferir uma renda disso. Atenderia não apenas os nossos compromissos internacionais, mas também a necessidade que temos no Brasil hoje, de implementar uma lei importante, saudada pelo mundo todo, que é a Lei do Código Florestal — observou Aloysio Nunes.

Indígenas

O debate foi motivado pela análise do PLS 95/2012, que obriga a Fundação Nacional do Índio (Funai) a emitir parecer técnico sobre projetos para geração de crédito de carbono em terras indígenas. Viana apresentou substitutivo ao projeto de autoria do ex-senador Vital do Rêgo. A proposição visa proteger as populações tradicionais envolvidas no mercado de créditos



Para Viana, Brasil precisa de normas para poder participar desse novo mercado inserido na área de mudança do clima

de carbono, de forma a evitar que terceiros se apropriem de benefícios dos indígenas.

Flexa Ribeiro e Ivo Cassol (PP-RO) apontaram problemas na atuação da Funai e questionaram a capacidade do órgão de mediar negociações no mercado de créditos de carbono. Os parlamentares pediram mais tempo para analisar a proposta e foram atendidos pelo presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA). O projeto voltará à pauta após a realização da audiência pública com especialistas.

A comissão aprovou ainda

requerimento de Otto para realizar audiência sobre o descumprimento de prazos para fechamento de lixões. O senador quer discutir o tema com representantes do Ministério das Cidades, da Confederação Nacional de Municípios e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Desemprego

Foi aprovado ainda requerimento de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) para realização de audiência sobre a metodologia de cálculo da taxa de desem-

prego no Brasil. O senador sugere que sejam convidados, entre outros, representantes do Ministério do Trabalho, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Por sugestão de Pedro Chaves (PSC-MS), a CMA também promoverá audiência sobre o avanço de áreas plantadas com soja no Pantanal. Serão convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, da Embrapa e do governo de Mato Grosso do Sul.

Regra para explorar rocha ornamental pode ser simplificada

Projeto que simplifica as normas para exploração de rochas ornamentais, como granito, mármore e ardósia, foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e segue para a Comissão de Infraestrutura (CI).

O PLS 773/2015, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), abre a possibilidade de exploração de rochas ornamentais apenas com licenciamento. Pelas regras em vigor, esse tipo de extração mineral está submetido a regimes de autorização e concessão.

Atualmente, explica Ferraço,

é o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que autoriza ou concede a exploração de lavra, em procedimentos que podem levar até cinco anos. Para reduzir o tempo, contou, tem sido adotada a Guia de Utilização, documento que autoriza a lavra apenas em fase experimental, mas não tem a segurança jurídica da concessão. Ele informa que, em 2014, foram emitidas 1.083 Guias de Utilização e outorgadas apenas 281 portarias de concessão de lavra.

Com o projeto, o senador quer enquadrar a exploração

de rochas ornamentais no regime especial previsto na Lei 6.567/1978, tratamento dado, por exemplo, a rochas e minerais de uso imediato na construção civil, conhecidos como agregados.

Produção

O autor ressalta que o Brasil está entre os maiores produtores e exportadores mundiais de rochas ornamentais. Em 2014, frisou, o país produziu cerca de 10 milhões de toneladas, das quais 6,6 milhões ficaram no mercado interno e 3,4 milhões foram exportadas.

Segundo Ferraço, existem no país 1,2 mil variedades de rochas e 1,5 mil pedreiras ativas, gerando 120 mil empregos diretos e 360 mil indiretos:

— Essa é uma atividade que tem contribuído com muitos municípios do interior do nosso país, que diversifica a atividade econômica, gerando prosperidade compartilhada nessas regiões.

Relator na CMA, Valdir Rapp (PMDB-RO) observa que o setor tem predominância de micros e pequenas mineradoras e marmorarias. Ele afirma que a atividade é pressionada

por frequentes mudanças de tendências do mercado de arquitetura e decoração e que os pequenos produtores não conseguem atualizar as carteiras de produtos por dificuldades de acesso a novas jazidas.

Na ausência de Rapp na reunião, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) atuou como relator e apoiou a simplificação do processo. Pedro Chaves (PSC-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ivo Cassol (PP-RO) destacaram o potencial do setor de rochas ornamentais na geração de emprego e renda.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Recriada a Frente em Defesa da Previdência

Senadores e deputados decidiram relançar o movimento suprapartidário para acompanhar e discutir propostas do novo governo

A FRENTE PARLAMENTAR Mista em Defesa da Previdência Social foi relançada ontem no Auditório Petrônio Portela do Senado. A bancada suprapartidária de senadores e deputados federais pretende atuar em defesa da manutenção dos direitos sociais, da gestão transparente da seguridade social e do equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social.

O ato significou a recriação de frente que já atuou anos antes no Congresso com a mesma finalidade. A reorganização foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), em resposta a sugestão da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). A frente conta com o apoio de mais de 50 entidades, sobretudo organizações sindicais do setor público e privado.

O auditório lotado aplaudiu discursos marcados por críticas a propostas apontadas como parte de futura reforma da Previdência. Uma delas é a fixação de idade mínima para a aposentadoria, que poderia chegar a 65 anos tanto para homens quanto para mulheres. Primeiro a falar, Paim assegurou que a frente atuará de modo “intransigente” para que sejam mantidos os direitos



Paim (ao microfone), entre Vanessa (D) e Faria de Sá e Humberto (E), relança frente parlamentar em defesa da Previdência, com apoio de mais de 50 entidades

sociais e previdenciários.

— Nossa tarefa não será fácil, pois os ataques serão enormes. Mas temos certeza que, com nossas convicções e consciência, sairemos vencedores — disse ele.

Superavit

Faria de Sá, assim como já havia feito Paim, negou a existência de déficit nas contas da Previdência. Com base em números da Anfip, ele disse que o superavit chegou a mais de R\$ 54 bilhões em 2014. Para o deputado, os números são manipulados para enfraquecer o conceito de previdência pública.

— A luta é desigual. É uma guerra da economia contra a Previdência Social. Lamentavelmente, eles querem inviabilizar a previdência pública em favor da previdência privada.

Durante o ato, houve também grita geral pela reativação

do Ministério da Previdência Social, extinto pelo presidente interino Michel Temer. O pagamento de benefícios passou para a pasta do Desenvolvimento Social e a área de arrecadação está com o Ministério da Fazenda. Paim afirmou que a Previdência virou um “puxadinho” da Fazenda para que os recursos arrecadados sejam colocados à disposição do sistema financeiro.

— Devolvam o Ministério da Previdência aos trabalhadores e não mexam na CLT, e vida longa à previdência pública brasileira! — exaltou ele.

O presidente da Anfip, Wilson Romero, observou que todos os governos, sem exceção, tentam emplacar reformas no sistema previdenciário. Para ele, as entidades devem se abster de fazer “luta política” a favor de governos, para se concentrar nos interesses dos trabalhadores. Também

salientou que, ao promover incentivos ao setor privado, os governos abrem mão de contribuições sociais, o que significa dar “esmola com chapéu alheio”. Segundo o dirigente, a perda de recursos deve chegar a R\$ 69 bilhões somente em 2016. Citou ainda as dívidas de contribuições sociais não cobradas, de mais de R\$ 370 bilhões.

— Por isso, nada mais justo que acabar com os ralos da Previdência e só depois pensar em reformas — defendeu.

Pressão nas ruas

Sindicalistas fizeram sugestões de ações para reforçar a defesa da Previdência perante a sociedade. Rosa Fonseca, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), defendeu campanha nacional para rebater informações distorcidas que são transmitidas diariamente pela mídia. Varlei Gonçalves,

da Federação Brasileira dos Aposentados, propôs manifestações nas ruas.

— Meia dúzia de artistas conseguiu recriar o Ministério da Cultura. O país tem 33 milhões de aposentados. Vamos deixar que acabem com a nossa Previdência? — questionou ele.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), destacou o compromisso do partido em apoiar, na discussão da reforma, a “construção de caminho que não traga perda de benefícios”. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o interesse maior é a manutenção dos direitos dos trabalhadores, “que constroem o Brasil e vivem muito mal”, e as das mulheres, prejudicadas com as mudanças previdenciárias.

O lançamento da frente foi organizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por Paim.

Sabatina de Ilan Goldfajn é adiada para a próxima semana

Os esforços da base de apoio ao governo não foram suficientes para antecipar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a sabatina do economista Ilan Goldfajn, indicado para a presidência do Banco Central (BC). Ontem, depois de ler seu relatório favorável à indicação, Raimundo Lira (PMDB-PB) solicitou a quebra de interstício de cinco dias, previsto no Regimento Interno do Senado, mas não foi atendido.

Diante do impasse, a presidente da comissão, Gleisi Hoffmann (PT-PR), marcou a sabatina para a próxima terça-feira, às 10h. Entretanto, Ronaldo Caiado (DEM-GO) anunciou que apresentará recurso contra a decisão, pois, segundo ele, o prazo de cinco dias conta a partir do dia 23 de maio, quando a mensagem de indicação de Goldfajn foi lida no Plenário do Senado, e não a partir da leitura do relatório na CAE.



Humberto Costa (E), Gleisi Hoffmann e Raimundo Lira: quebra de interstício provocou polêmica na reunião da comissão

Gleisi não concordou com o entendimento de Caiado, que prometeu levar o recurso para decisão, em caráter de urgência, na reunião da CCJ de hoje.

Quebra

Ao pedir a quebra de interstício, a intenção de Raimundo Lira era fazer hoje mesmo a sabatina e viabilizar a participação do novo presidente do BC na próxima reunião do

Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 7 e 8 de junho. Lira lembrou que o atual presidente do BC, Alexandre Tombini, disse que não gostaria de coordenar a reunião do comitê encarregado de definir a taxa básica de juros, a Selic.

Gleisi Hoffmann concordou com a possibilidade de antecipar a sabatina desde que houvesse acordo na comissão. Mas Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou ser preciso investigar

melhor um possível conflito de interesses, já que Goldfajn foi economista-chefe e acionista do Itaú Unibanco, maior banco privado brasileiro desde agosto de 2010.

Ele apresentou requerimento para que a Comissão de Ética Pública da Presidência da República se pronunciasse sobre isso. Mas retirou-o depois que Raimundo Lira informou que Goldfajn já tinha vendido as ações do banco.

Entretanto, Lindbergh e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) não concordaram com a quebra do interstício de cinco dias, sob o argumento de que a dispensa violaria o Regimento Interno. Vários senadores, como Waldemir Moka (PMDB-MS) e José Aníbal (PSDB-SP), observaram que essa exigência não foi observada para a sabatina de autoridades durante os governos Lula, como a de Henrique Meirelles para o BC.

Os senadores Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Lúcia Vânia (PSB-GO) disseram que a gravidade da crise econômica justifica a antecipação da sabatina e da votação, e destacaram o currículo e a experiência profissional de Goldfajn. Mas Lindbergh e Vanessa não abriram mão do cumprimento do prazo de cinco dias e afirmaram que esse tempo permitirá a participação da sociedade na arguição do indicado.

Renan defende direito à liberdade de expressão

Presidente do Senado disse que os parlamentares jamais podem ser criminalizados por opinar, já que é parte de sua atividade debater diferentes ideias e fazer com que prevaleça o entendimento da maioria

A LIBERDADE DE expressão é uma garantia coletiva, e não apenas para os veículos de comunicação, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele ressaltou que, institucionalmente, o que deve prevalecer é a opinião da maioria dos senadores. Renan acrescentou que o direito do parlamentar à opinião é uma garantia constitucional e que tem procurado respeitar a independência do Senado e do Congresso.

— Acho até desnecessário, pela minha prática como presidente do Senado Federal, mas asseguro aos senadores que jamais tomei iniciativas para embaçar qualquer um dos outros Poderes. Prego e respeito a independência entre os Poderes — declarou.

Renan lembrou que, ao tomar posse como presidente do Senado, em fevereiro de 2013, disse que interditaria qualquer medida que atentasse contra a liberdade de expressão.

— Todos têm o direito constitucional de achar, avaliar, perceber e expressar sua opinião de maneira livre e sem censura, sem constrangimento — afirmou.



Renan também ressaltou a importância da independência entre os Três Poderes

O presidente do Senado disse que é natural que suas opiniões não sejam as mesmas de determinados segmentos ou encontrem consonância com outros setores, em assuntos específicos.

Opinião

Renan citou como exemplo a questão do Ministério da Cultura, em que opinou a favor da recriação da pasta. Segundo ele, os parlamentares são eleitos “para ter opinião”.

— Aqui opinamos sobre autoridades, projetos, leis, sobre conjuntura, sobre economia,

política, educação, enfim, sobre tudo. Pode-se criticar um parlamentar por omissão, mas jamais procurar criminalizar alguém por dar sua opinião. Jamais! — argumentou.

Atuação

Renan chegou a pedir o testemunho da presidente afastada, Dilma Rousseff, do presidente interino, Michel Temer, e do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, sobre sua relação de respeito com os outros Poderes e sobre sua atuação independente como presidente do Legislativo.

Senadores reivindicam novas eleições para 2º-vice-presidente

Os senadores Telmário Mota (PDT-RR) e Lindbergh Farias (PT-RS) pediram ontem que o presidente do Senado, Renan Calheiros, faça logo a eleição do 2º-vice-presidente da Mesa do Senado. Lindbergh lembrou que Romero Jucá (PMDB-RR) deixou o cargo em 12 de maio, quando assumiu o Ministério do Planejamento do governo Michel Temer. Desde então o cargo está vago, observou. Jucá deixou o ministério

dias depois, quando foi divulgado telefonema entre ele e o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado.

— Pretendemos nada mais do que o cumprimento do que, regularmente, ocorreu quando o ex-senador Anibal Diniz foi eleito em setembro de 2012 para o cargo de 1º vice-presidente da Mesa no lugar de Marta Suplicy [PMDB-SP], que se afastou para ocupar o cargo de ministra da Cultura.

Líder do governo, Aloysio quer priorizar o crescimento do país

O novo líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), destacou o papel do Legislativo na construção das medidas necessárias para restabelecer a esperança no Brasil e “fazer a máquina da economia voltar a rodar”. Ele disse que sua missão é ajudar a aprovar medidas que voltem a gerar empregos — na opinião dele, o aspecto mais “dramático” da crise. Ele disse que defenderá que tenham prioridade nas votações as propostas que possam contribuir para isso.

— Espero que a oposição dialogue conosco para que possamos somar votos, como fizemos durante o governo do PT. Vivemos um momento

de excitação política que vai se acalmar quando houver o afastamento definitivo da presidente Dilma — declarou.

Para o presidente do PSDB, Aécio Neves (MG), Aloysio aceitou o convite do presidente interino Michel Temer e assume a função com o objetivo de aproximar o governo da agenda proposta pelo partido.



Aloysio diz esperar diálogo com a oposição para aprovar propostas

Humberto registra manifestação

Humberto Costa (PT-PE) comemorou o encontro que reuniu a presidente afastada Dilma Rousseff, os ministros de seu governo, professores e estudantes que se manifestaram contra o impeachment, que o senador chamou de “golpe parlamentar”.

No encontro, realizado na segunda-feira, também foi lançado o livro *A Resistência ao Golpe de 2016*, uma obra que, segundo Humberto, reúne “sólidos argumentos” denunciando a quebra da ordem democrática.

O senador também protestou contra cortes feitos pelo governo interino em programas sociais criados durante o governo do PT, como o Minha Casa, Minha Vida, o Prouni e o Fies.



Vanessa diz que Dilma não tem culpa pela crise

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a reforma administrativa anunciada pelo governador do Amazonas, José Melo, e lamentou as declarações dele de que a presidente afastada, Dilma Rousseff, é a culpada pela crise econômica.

Vanessa disse estranhar o “sumiço” dos senadores do PSDB e do DEM depois da divulgação do áudio em que Romero Jucá (PMDB-RR) discute sobre a Lava Jato. Ela criticou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) por dizer que Dilma não tem condições de dirigir o país.

Para Fátima, Temer significa atraso social

“O governo biônico de Michel Temer promoveu o desmonte do estado de bem-estar social e de conquistas sociais dos últimos anos”, afirmou Fátima Bezerra (PT-RN).

A senadora lamentou a extinção da Controladoria-Geral da União e dos Ministérios da Mulher, da Igualdade Racial e da Juventude e do Desenvolvimento Agrário.

Ela criticou também a suspensão da contratação dos programas de moradia popular e a possibilidade de restrições no Programa Bolsa Família.



Caiado diz torcer pelo governo interino

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que faz parte dos milhões de brasileiros que se mobilizaram pelo país pedindo a saída da presidente Dilma e que agora torcem muito para que o governo Temer dê certo.

Segundo ele, a presidente afastada, além de ter quebrado todos os seus compromissos de campanha e de ter criado um Orçamento fictício, levou o Brasil a um quadro de deterioração nunca antes visto.

Por isso, Caiado disse não acreditar que alguém possa torcer por sua volta.

Para Lúcia Vânia, medidas fiscais serão eficientes

Algumas medidas econômicas anunciadas pelo governo interino do presidente Michel Temer foram bem recebidas pelo mercado, segundo Lúcia Vânia (PSB-GO). A senadora citou como exemplos o limite na despesa pública, a desvinculação de receitas e a revisão da política de desoneração.

Lúcia Vânia destacou que, para a definição da nova meta fiscal, o governo levou em consideração um cenário mais realista. Ela admitiu que o déficit de R\$ 170 bilhões assusta e evidencia uma grave crise.



Randolfe critica o fim da CGU e apoia Lava Jato

A Operação Lava Jato, da Polícia Federal, já condenou 105 corruptos e corruptores com penas que, somadas, ultrapassam onze séculos de cadeia, destacou Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O senador disse que o Supremo Tribunal Federal ampliou o alcance da Lava Jato, “atingindo figuras poderosas”. Randolfe ressaltou que dois ministros do governo interino de Temer já caíram, e leu uma nota da Transparência Internacional, em que a entidade lamenta a extinção da Controladoria-Geral da União (CGU).

Ângela: agenda econômica é recessiva

Ângela Portela (PT-RR) criticou o governo interino de Michel Temer, afirmando que ele quer acabar com as investigações da Operação Lava Jato e interromper políticas sociais adotadas nos últimos 13 anos:

— A realidade está muito clara: enquanto cuida de se livrar das investigações da Lava Jato, o grupo que assumiu o comando do país pretende impor uma agenda econômica recessiva, de interesse dos grupos financeiros privilegiados, penalizando os mais pobres. Isso é lamentável. E é contra isso que nós precisamos lutar agora.

Para a senadora, esse momento de retração econômica torna os gastos sociais ainda mais necessários.